



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680125 - SP (2021/0219101-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ALEX GALANTI NILSEN
ADVOGADO : ALEX GALANTI NILSEN - SP350355
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WELINGTON CARLOS DE MESQUITA LOPES (PRESO)
CORRÉU : HARRY DARIO ESTRADA RAMIREZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELINGTON CARLOS DE MESQUITA LOPES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0007830-28.2018.8.26.0635).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos de reclusão em razão da prática do delito previsto nos art. 33, *caput*, e 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a absolvição do recorrido com base no princípio *in dubio pro reo* em razão da fragilidade probatória, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Alega a aplicação do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 com fundamento nas condições favoráveis ao paciente: primário, bons antecedentes, não se dedica a atividades criminosas e não integra organização criminosa. Suscita que a quantidade e a variedade da droga apreendida não impede o reconhecimento da causa de diminuição da pena. Argumenta pela necessidade de afastamento do aumento de um sexto da pena base.

Requer, liminarmente, desclassificação do delito para o art. 28 da Lei n. 11.343/2006, com extinção da punibilidade e expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja aplicada a minorante do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Pleiteia também a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e a fixação do regime inicial semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente